

Experiências escolares na Amazônia Imperial: queixas de pais e moradores na imprensa paraense (1876-1888)

Irma Rizzini

Resumo

Tem por objetivo analisar como pais de alunos e moradores dos povoados do interior paraense forçaram a abertura de nichos de participação no processo de constituição da profissão docente, no contexto da escola pública primária, entre as décadas de 1870 e 1880. Os pais buscavam pressionar o governo, por meio do envio de cartas e abaixo-assinados aos jornais da capital. As queixas e os comentários dos missivistas retratavam o comportamento dos professores públicos e suas repercussões no cotidiano escolar, tornando os jornais fontes importantes para o registro dos dramas escolares. A publicação de artigos e cartas sobre as escolas públicas locais possibilitou a realização de debates públicos, os quais fomentavam os embates partidários quando a divulgação das denúncias visava criar representações acerca da decadência da instrução promovida pelo governo opositor.

Palavras-chave: história da educação; Pará; professores públicos; imprensa.

Abstract

School experience in the Amazon region during the Brazilian Empire: parents' and inhabitants' complaints in the state of Pará press (1876-1888)

This study aims at analyzing the way students' parents and villagers in rural Pará forced the creation of niches of participation in the process of constitution of teaching, in the elementary public school context, between the decades of 1870 and 1880. Parents tried to put pressure on the government by sending letters and collective petitions to newspapers in the state capital. The complaints and comments from the letter-writers depicted the behavior of public teachers and its repercussion in the daily school routine, turning the newspapers into important sources for records of dramatic school events. The publication of articles and letters about local public schools allowed the occurrence of public debates, promoting clashes between political parties; clashes in which the revelation of accusations was meant to create formal complaints against the decline of the education provided by the party in power.

Keywords: history of education; Pará/Amazon; public school teachers; press.

Introdução: educação e imprensa

Prosperidade, progresso e civilização são expressões que adquiriram um forte simbolismo nas províncias amazônicas do Pará e do Amazonas, no anseio de sobrepor estas condições à resistência imponente da *selva* e do *selvagem*. A aspiração de transformar matas em campos cultivados e nativos em seres civilizados era tema recorrente nos discursos das elites ilustradas de Belém e Manaus. A difusão da instrução pública tornou-se um objetivo importante nas duas últimas décadas dos oitocentos, especialmente na província paraense. O Pará não apenas acompanhava as discussões acerca da educação popular que circulavam pelo País e nos "países cultos", mas seus governantes e legisladores promoveram reformas legislativas e a criação de um significativo número de instituições educativas, notadamente a partir da década de 1870.

A Escola Normal, com sua Escola Prática anexa, e o Instituto Paraense de Educandos Artífices surgiram no início da década de 1870, no calor dos empreendimentos e debates educacionais. Em 1885, a cidade de Belém possuía 24 escolas primárias, e, no ano de 1888, este número saltou para 53. Neste ano, o diretor da Instrução registrou na Província toda 16.550 alunos matriculados em 331 escolas públicas, com a frequência média de 9.930 alunos.¹ Verifica-se, principalmente no último decênio do Império, a expansão geográfica e social da instrução, quando povoações, algumas bem distantes da capital, passaram a contar com escolas públicas de meninos e

¹ Geralmente as diretorias de instrução do Império contabilizavam os alunos *matriculados*, apresentando cifras de um terço a 100% mais altas do que a *frequência* efetiva às aulas. O número de escolas podia apresentar variações nos relatórios do mesmo ano, devido à diferença entre o total de escolas providas de professores e o total de escolas criadas.

meninas e as principais cidades criaram cursos noturnos para trabalhadores. As escolas públicas eram instituídas por iniciativa do governo da província ou a pedido de professores e pais.

Dentro do contexto da crescente intervenção do Estado na "educação do povo", o objetivo do presente artigo consiste em analisar como pais de alunos e moradores dos povoados do interior paraense forçaram a abertura de nichos de participação no processo de constituição da profissão docente, no âmbito da escola pública primária, nas décadas de 1870 e 1880. Os pais buscavam pressionar o governo, por meio do envio de cartas e abaixo-assinados aos jornais da capital. As queixas e comentários dos missivistas retratavam o comportamento dos professores públicos e suas repercussões no cotidiano escolar, tornando os jornais fontes importantes para o registro dos dramas escolares que os relatórios oficiais evitavam revelar. Assim, a imprensa paraense, ao abrir espaço para a publicação de artigos e cartas sobre as escolas públicas locais, possibilitou a realização de debates públicos, dos quais participavam diversos atores: diretores da instrução, professores, delegados literários, chefes ou pais de família e outros moradores. As relações entre essas instâncias iam além dos interesses estatais de difusão da instrução e controle de seus agentes, pois repercutiam nas famílias e fomentavam os embates partidários quando a divulgação das denúncias visava criar representações acerca da decadência da instrução promovida pelo governo opositor.

Jornais de Belém e Manaus do período foram consultados, e, eventualmente, experiências aproximadas de ambas as províncias são analisadas. Contudo, as fontes da pesquisa estão centradas em duas folhas diárias e politicamente posicionadas da capital paraense: o conservador *A Constituição* e o liberal *A Província do Pará*, nos anos do Império em que há números disponíveis para consulta (entre 1876 e 1888).² A abordagem das ações educacionais pela imprensa estava condicionada às posições políticas de cada folha. A escolha do que publicar refletia esse posicionamento, já que ocorria um rodízio de denúncias contra a administração pública de acordo com a situação dominante: liberais no poder, cartas e artigos acusatórios publicados n'*A Constituição*, e vice-versa.³ A seleção dos jornais se baseou na publicação das cartas e abaixo-assinados de pais e moradores a respeito das escolas de seus filhos e protegidos nas seções "a pedidos" ou "solicitados".⁴

Este artigo tem por foco as cartas de denúncia, que geralmente eram anônimas, ao contrário dos pedidos de abertura de escolas ou dos recursos favoráveis a professores. Estas cartas não apresentam um padrão de escrita orientado por códigos do bom-tom, como o livro do Padre José Inácio Roquette, que no século 19 prescrevia um padrão para redação de diversos tipos de correspondências (Gondra, Lemos, 2004, p. 69-83). O tom da escrita das cartas paraenses é de indignação e mesmo revolta, motivado pelo relato de ocorrências consideradas social ou legalmente condenáveis. É possível que o anonimato estivesse relacionado às disputas políticas que envolviam o cargo de professor, preferindo os missivistas não revelarem

² O acervo está depositado na Biblioteca Pública do Pará e pode ser também pesquisado na Biblioteca Nacional, através de microfílm.

³ O jornal *A Constituição* foi fundado em 1874 e *A Província do Pará*, em 1876. Um dos fundadores d'*A Província* foi Joaquim José de Assis, um dos chefes mais influentes do partido liberal, segundo Paulino de Britto (1900, p. 289-291).

⁴ As fontes são citadas no português original.

suas opções partidárias no ato da denúncia destinada à exposição pública. Como afirma Aldrin Moura de Figueiredo ([199?], p. 3), os contatos entre o interior amazônico e a capital eram amplos, quase sempre estabelecidos pelas relações políticas e partidárias, amparadas pelos laços familiares.

Era comum constar nas cartas, como remetente, os termos pai de família ou chefe de família, no singular ou no plural. Percebe-se uma distinção na documentação oficial e nos jornais entre *pais* simplesmente e *chefes ou pais de família*. Os *pais* eram geralmente lembrados quando se tentava expor a indiferença, a repugnância e a ignorância manifestadas em relação à instrução dos filhos – portanto, a categoria surgia carregada de negatividade. Os *chefes de família* ou *pais de família*, em sentido positivo, eram lembrados como vítimas da incúria de professores e inspetores escolares, freqüentemente citados nas cartas de moradores. O chefe de família tinha sobre o seu domínio e proteção não somente seus familiares diretos, mas seus protegidos e afilhados políticos, formando uma rede de relações que podia se estender à capital. A correspondência com essa identificação parecia ser suficiente para dar legitimidade ao seu conteúdo e merecer a divulgação na imprensa (Rizzini, 2005, p. 17).

A instrução pública constituiu-se o grande alvo das análises e dos informativos educacionais da imprensa paraense, pois, como instrumento de uma política de Estado, estava exposta às disputas políticas e partidárias locais, não esquecendo que os seus progressos eram percebidos como indicadores de civilidade, com repercussões que extrapolavam o nível local. Por este mecanismo, a escola pública e seus agentes não ficaram fora das vistas dos redatores, dos jornalistas, dos colaboradores e dos leitores; ao contrário, tornaram-se objeto de interesse da sociedade letrada, que, tomada de espírito reformador, esquadrinhou seu funcionamento, condenou seus ocupantes, o instrumental pedagógico e as instalações físicas, e, menos freqüentemente, louvou mestres interessados e habilidosos. De um lado, as cartas com temáticas escolares tinham um lugar específico nas lutas políticas entre os grupos partidários locais, ao serem usadas como instrumentos de condenação das ações do governo da situação. De outro, elas assinalam o envolvimento de alguns grupos sociais com a instituição de uma *forma escolar* (Vincent, Lahire, Thin, 2001) e com a profissionalização docente, dentro das limitações de participação das populações neste processo, especialmente no interior. As ocorrências relatadas nas colunas, algumas ligadas a questões íntimas das vidas desses atores, estão relacionadas à construção da experiência escolar na região.

A historiografia da educação vem demonstrando que nas mais diversas províncias do Império brasileiro a constituição da profissão docente não ocorreu de forma linear, somente regida pela crescente ação normativa do Estado, mas atravessada por lutas e disputas entre os seus agentes. No presente estudo, essa discussão está inserida no contexto amazônico, onde predominava, nos escritos oficiais e de especialistas, a visão de que os *modos de vida* dos amazônidas constituíam obstáculos ao pleno desenvolvimento escolar dos alunos. Havia, no entanto, visões divergentes, como

as de alguns analistas que não deixaram de notar os esforços de pais e protetores em proporcionar a instrução dos meninos e se mostraram surpreendidos com a crescente afluência de meninas às escolas da capital, ultrapassando o número de meninos que freqüentavam os bancos escolares, conforme pode ser observado pelos registros do Censo de 1872 e dos relatórios da Instrução Pública. Certamente, muitas famílias aceitaram a ingerência do Estado na educação de seus jovens membros, prevendo posições mais promissoras no futuro, que os distinguissem dos *cidadãos de arco e flecha*, como um dia os paraenses foram chamados na Corte. Contudo, é importante salientar que a adoção da instituição escolar como mais uma instância de educação dos filhos e protegidos não ocorreu de forma passiva e harmoniosa, como o demonstram as queixas à imprensa e à Diretoria de Instrução Pública.

Professores públicos sob o olhar vigilante dos pais

Um meio bastante debatido para tornar a escola mais atraente para pais e filhos consistia no disciplinamento do professorado, o qual recebeu todo tipo de crítica na imprensa e nos relatórios do Segundo Reinado. Entretanto, são as correspondências que melhor expressam as reações da população ao comportamento e ao preparo dos professores, descrevendo acontecimentos miúdos que revelam a relação que os docentes tinham com suas escolas e alunos. A pesquisa junto aos jornais mostrou que a moralidade, a dedicação, as habilitações dos professores e os castigos físicos infligidos aos alunos compunham os principais temas abordados pelos missivistas. Os "solicitados", publicados nos jornais, indicam que pais e moradores estavam vigilantes quanto ao comportamento dos professores, dentro e fora da escola. A análise das queixas revela um forte nexos de seus conteúdos com pontos críticos da educação no Império, tais como as condutas pertinentes à crescente *funcionarização* (Nóvoa, 1992) da profissão docente, a formação dos professores e das professoras, as ingerências político-partidárias na instrução pública e os métodos empregados na educação das crianças, incluindo a tendência à condenação dos castigos físicos. Ao longo do artigo, estes conteúdos são articulados aos debates sobre a instrução pública que ocorriam no período, os quais extrapolavam o nível local.⁵

A moralidade do professor: *vida exemplar*

Um importante alvo de queixas indignadas refere-se ao comportamento moral dos professores, sobretudo no aspecto sexual. Ataques contra a vida privada das professoras não foram encontrados, porém maridos tidos por devassos nem sempre foram poupados. Sob o título "Mysterios de Itaituba", *A Constituição* reproduz a notícia do *Baixo-Amazonas*, folha de Santarém, a respeito de um suposto atentado do marido

⁵ Pequenas localidades do interior são citadas neste trabalho. Quando necessárias à compreensão da discussão, algumas informações sobre a situação das escolas locais serão apresentadas com base nos relatórios de diretores da instrução, publicados nos relatórios provinciais.

da professora de Itaituba contra uma aluna sua. O chefe de polícia mandou proceder ao inquérito, mas o subdelegado, que era "pessoa ou cousa" do marido da professora, que vinha a ser o coletor provincial e geral da povoação, ao ouvir o relato da "menor" a respeito das proezas do acusado, imediatamente "pos a pedra em cima". O jornal expõe o modo como a rede clientelista atingia duas instituições públicas importantes do período: a polícia e a escola (A Constituição, 4 out. 1882 e 15 mar. 1883).

O mais comum é a reprovação da vida privada do professor, por ter seduzido moça nova ou por viver amasiado, condição comparada à prostituição feminina. Em 1877, *A Província do Pará* publicou nos "solicitados" uma queixa contra a conduta moral do professor da vila de Curuçá, enquadrado na categoria dos mestres que se apresentavam de forma "cínica e imoral" aos discípulos, ao recolher a amante à sua casa, com a esposa ainda em vida. Em nome dos moradores, o autor da denúncia esclareceu que não exigia do professor voto de castidade, apenas mais moralidade nos seus atos, e pediu a intervenção da autoridade competente.

Neste ultimo caso, está o sr. professor da villa de - açuruC - [Curuçá, ao contrário] o qual, não contente com ter levado á prostituição, em sua propria casa uma desventurada que ali se recolheu ainda em vida de sua mulher, apresenta-a em reuniões, onde, mystificando seus amigos, macula, com a impureza de sua amante, a castidade de suas filhas.

Não queremos que o sr. professor faça voto de castidade, mas o que exigimos é mais moralidade em seus actos, por isso chamamos a atenção da autoridade competente, afim de pôr um obice á sua carreira, que tende só a perversão de seus discipulos. Voltaremos ao assumpto se fôr preciso (A Província do Pará, 31 out. 1877).

O desvirtuamento de sua missão, deixando para trás a "vida exemplar" que deveria levar, levou o missivista a desejar ao professor o "estigma dos homens de bem". Sem dúvida, a população exerceu papel importante na construção do lugar social do professor, com base nos rígidos preceitos morais da sociedade da época, cuja desobediência deveria lançar o estigma ao professor. Provavelmente os queixosos da imoralidade dos mestres não entendiam que a sujeição a estes princípios era imprescindível a todos os homens. A sociedade estava mais vigilante com relação ao comportamento de padres e professores, responsáveis respectivamente pela instrução religiosa e intelectual do povo. Igreja e Estado buscavam disciplinar seus agentes, criando meios de educá-los ou de puni-los, nos casos extremos. Não é fortuitamente que se comparava a docência ao sacerdócio. Quando padres associavam as duas funções, a religiosa e a instrução pública, os desvios da moral causavam forte reação por parte dos governos e da população. Um deles, o pároco de Silves e inspetor escolar, vivia debaixo do mesmo teto que a professora da escola feminina, em "mancebia notória", segundo o relato do presidente da província do Amazonas em 1877. Ambos foram punidos com a demissão, "a bem do serviço e da moralidade pública" (Monteiro, 1878, p. 50). Depositando no

sacerdote e no professor o poder de atuarem como alavancas do progresso moral e material da província, o administrador identificou nos agentes a inabilidade moral para o cumprimento da missão civilizadora para a qual foram designados pela Igreja e pelo Estado.

A escola normal e as conferências pedagógicas de Belém, dos anos 1870, foram instituições criadas com o objetivo de preparar os professores para o exercício de sua missão, não só através de conteúdos e técnicas, mas pela inoculação de valores morais e normas disciplinares, visando à uniformização do ensino de forma a favorecer o controle do Estado sobre este "importante ramo do serviço público". Cabia ao professor seguir vida exemplar, um modelo de conduta aos seus alunos, na tensão que se instituiu no século 19 entre educar e instruir.⁶ A escola e seus agentes se tornaram, para alguns grupos, lugares privilegiados de educação, embora não se possa afirmar que no interior amazônico a instituição escolar tenha desqualificado as funções educativas da família.

Outro aspecto que o correspondente deixa entrever é a afronta imposta pelo comportamento do professor à "castidade das filhas" de seus amigos. O tema da "educação das filhas" suscitava debates atrelados ao extremo conservadorismo da imprensa, de qual tendência fosse. Redatores do jornal liberal *A Província do Pará* perpetravam uma oposição ferrenha à conquista da igualdade e dos direitos políticos da mulher, defendendo a continuidade de sua dependência ao homem e de seu império no lar (*A Província do Pará*, 15 nov. 1885). A menina deveria ser instruída para ocupar o lugar atribuído ao seu sexo, no lar e na educação dos filhos. Os programas de ensino feminino incluíam, em todo o Império, o aprendizado dos misteres domésticos e de uma instrução ainda mais elementar que a dos meninos. As escolas para meninas se expandiram cercadas de preocupações morais relacionadas à proteção e à higiene oferecidas pelo espaço físico.

Neste processo, a posição social de professoras se tornará bem aceita na sociedade brasileira ao longo do século 19. A necessidade de os professores complementarem seus pagamentos com atividades extras, aliada à questionada moralidade, teve seu peso na preferência dos governos por professoras primárias. Outra hipótese consiste na inconfessada economia feita com a manutenção dos baixos ordenados do magistério primário, condição melhor aceita pelas mulheres, já que as letradas poucas opções possuíam de trabalho, sendo praticamente todos os cargos públicos preenchidos por homens.

Nos concursos públicos passou-se a dar preferência às candidatas quando havia igualdade de habilitações, e, no Pará, as professoras percebiam um valor mais alto para o aluguel das casas.⁷ O discurso de uma professora da cidade de Macapá, que então integrava a província do Pará, marca com veemência o aspecto moralista da função docente feminina. Na recepção oferecida por seu marido a dois capitães, em 1884, ela reforçou aos seus convidados ilustres a obrigação da professora de ser o "modelo dos bons costumes sociais" e o "mais moralizada possível" – só assim garantiria a "sympathia e estima d'esse

⁶ Luciano Faria Filho (1998, p. 145), ao se referir aos debates sobre educação travados através do jornal *O Universal*, que circulou em Ouro Preto na primeira metade do século 19, assinala a crescente tensão que vinha sendo produzida na relação entre educar e instruir. A respeito dessa discussão, a partir da década de 1870, ver o estudo de Alessandra Schueler (1997).

⁷ Pará, Lei nº 664, de 31/10/1870, art. 9º.

circulo". A professora proporcionaria a "continuação da educação doméstica"; portanto, no lar ou na escola, o *habitat* da mulher não mudaria em essência (A Constituição, 23 fev. 1884). Mantendo a moral e os bons costumes, ela continuaria em sala de aula a árdua missão de educadora da infância, garantindo às famílias tementes da educação das filhas longe da proteção do lar um local que seria a extensão deste.

As concepções a respeito do "alto encargo de educar a mocidade" fomentavam as denúncias a respeito da "vida imoral" de alguns professores. Tais queixas vinham geralmente de povoações do interior, onde a vigilância sobre o professor só podia ser feita pelos pais e demais moradores, na maior parte do tempo. A carta de um zangado chefe de família, lavrador de Piraém, município de Santarém, sugere que professores podiam negociar ou obter favores dos pais para instalar suas escolas. O professor da escola pública de Piraém fora inicialmente "agasalhado" por um cidadão, que o hospedou em sua casa por muito tempo. Hospedeiro de todos os vícios, pois, além de se embriagar e acumular dívidas, seduziu uma sobrinha de seu "benfeitor" e, após viver com ela em concubinato, a abandonou grávida. O lavrador, tendo quatro filhos a educar, fez, a pedido desse professor, uma casa para sua escola no lugar Muacá, onde viveu algum tempo amasiado com a moça que depois abandonou, e, não satisfeito, seduziu uma enteada sua, com promessa de casamento, não realizada. O denunciante conclui a carta pedindo "rigorosa punição", porém não sabemos como terminou o incidente, pois nada mais foi publicado a respeito no jornal daquele ano (A Constituição, 23 ago. 1884). A notar de interessante no relato é a disposição do lavrador em fechar os olhos para o comportamento do professor, de forma a garantir a educação escolar de seus filhos, aceitando que na casa que construía para a escola morasse o professor com a amásia. Este fato denota que, dependendo do interesse dos pais, tais comportamentos que nas cartas eram tratados como imorais podiam ser tolerados em favor da instrução dos meninos.

O caso do professor da povoação de Condeixa corrobora esta impressão, pois somente depois de desfilarem uma infinidade de acusações contra o professor público, centradas na sua falta de instrução e vadiagem, o abaixo-assinado dos moradores lança a última pedra, indagando:

Que vale uma escola sem bom mestre e sem moralidade?
Mora esse professor em uma casinha sua, onde sem respeito às famílias e aos seus alunos vive de portas á dentro com sua amasia, funcionando a escola n'esta mesma casa, da qual percebe dez mil rs mensaes, pagos pelo thesouro (A Constituição, 26 ago. 1882).

O rapto de meninas por professores é relatado em duas denúncias do jornal *A Constituição*, no ano de 1883. Um ocorreu no Pará e o outro, no Amazonas, envolvendo duas meninas novas, de 11 e 14 anos respectivamente, o que talvez tenha provocado reações mais fortes por parte dos responsáveis (A Constituição, 3 fev. 1883 e 27 out. 1883). No caso da

menina de 11 para 12 anos, o próprio pai irrompeu em sala de aula exigindo satisfações ao professor, que fugira. A mocinha de 14 anos vivia em uma casa de família aprendendo os afazeres domésticos, maneira muito delicada de referir-se a uma prática comum na época, isto é, a *tutela* de meninos e meninas com o fim de obter criadagem gratuita, como os próprios jornais não se cansaram de denunciar. O rapto de moças nas províncias não era privilégio de professores; nos jornais, vez ou outra, se noticiava a respeito esperando-se uma reparação através do casamento, fato este que, pela rigidez dos costumes da sociedade da época, devia ocorrer em todo o País. O que certamente não se tolerava era um educador da mocidade apresentar-se com tal postura em pleno *Século das Luzes*.

Professores e seus diversos ofícios

O exercício de outras atividades além do magistério constituía-se fator de enorme irritação aos pais, gerando abaixo-assinados e representações contra professores públicos, enviados à Presidência e até divulgados nos jornais. Algumas atividades extras exercidas pelos professores da região, especialmente os do interior, implicavam o abandono da escola por determinados períodos do ano. Professor regatão, dedicado ao comércio de produtos naturais, não raro aparecia nas denúncias; professor mascate, cujas longas ausências da escola elementar geraram a denúncia no jornal; professor pescador, que ainda tinha o acinte de aproveitar os alunos na pesca, ou o professor lavrador, que usava os alunos como "escravos" na colheita, e até o professor exercendo o ofício de advogado, em localidades onde ter um mínimo de conhecimento dispunha o indivíduo a exercer atividades para as quais não possuía formação, são algumas das acusações sofridas pelos professores – não só por parte de pais ou chefes de família, mas também por diretores e presidentes de província. Os regulamentos eram taxativos na proibição do exercício de atividades incompatíveis com o magistério, do afastamento dos professores de seus distritos e do emprego dos alunos em seus serviços particulares.

Uma destas denúncias atingiu o professor da escola pública de Peroba, no Pará, em 1877, quando, sob o domínio conservador, *A Província do Pará* veiculou nas suas páginas os mais diversos abusos ocorridos nas escolas do governo. Os suplicantes pedem ao diretor da Instrução que tome providências de modo a coibir os abusos do professor, informando,

Que o professor emprega os seus discipulos em pescaria, na foz do rio;
Que manda seus alumnos a cidade de Bragança, buscar sua familia,
em passeio para Peroba;
Que faz delles seus escravos applicando-os na colheita de feijões;
Que nos sabbados quasi nunca dá escola, para fazer pagodes em sua casa;
Finalmente que indo o dr. Gentil, na qualidade de delegado áquella localidade, não encontrou o referido professor por estar este no pagode do sr. João Miguel Filho (*A Província do Pará*, 20 maio 1877).⁸

⁸ Três dias depois é publicada no mesmo jornal carta de um "caetense" contestando as acusações ao honesto professor de Peroba, invocando o nome do ilustre delegado literário de Bragança, o magistrado Gentil de Moraes Bittencourt.

Sob o domínio liberal, era a vez d'*A Constituição* dispor-se a atuar como veículo do descaso do governo com a instrução, através das denúncias contra professores públicos. Um revoltado morador de Faro escreveu ao redator do jornal em 1883, condenando a escola e o professor. A casa escolar era mantida na umidade e na fedentina de pombos e bodes, com a agravante de funcionar colada a uma taberna, aberta pelo próprio professor. O tratamento dispensado aos alunos reforçou a revolta do denunciante contra a autonomia do professor e a inércia da Diretoria de Instrução Pública, que não interferira até aquele momento nas ações de seu empregado. Este usava os alunos como "criados domesticos, carregadores d'água, varredores de sala, carregadores de crianças, pegadores de bezeros e pescadores". O caso da pequena Faro ilustra a disposição dos moradores em denunciar o que consideravam abusos do professor público, a despeito da enorme distância que a separava da sede do poder provincial, na medida em que a povoação se situava na fronteira com a província do Amazonas (*A Constituição*, 28 abr. 1883).⁹

O tema do emprego dos alunos na pescaria é trazido à tona pelo menino Joannico, através do trecho do "romance de costumes paraenses", de Aristides Lobato, publicado na *Revista Familiar: periodico dedicado ás familias*. Joannico, filho de um major, residia numa das "pequenas mas pitorescas vilas que adornam as margens do nosso decantado Amazonas." Levado à força para a escola aos onze anos de idade, o menino tomou gosto da "patuscada com os outros collegas", mas não do professor e da lição. Após dois meses de escola, nada aprendera, recebendo do professor repreensão severa e a ordem de permanecer ajoelhado sobre o banco. Pois que o "filho do potentado" pôs-se a zombar do professor, fazendo chacota com um fato bastante comum no período: o professor tinha outra distração, a pescaria, e empregava os estudantes em seu benefício. Joannico improvisou um verso, recitado "em voz alta e com muito chiste e gargalhada" (Lobato, 1883, p. 3):

Quem quizer vêr estudante
Vá na reponta da maré
Que hão de estar todos pescando
Para o professor Chibé.¹⁰

As denúncias contra a nomeação de professores elementares tidos por analfabetos e a tolerância dos poderes públicos aos professores regatões apareciam também em outras seções dos jornais. O redator do jornal *A Constituição* responsabilizou os embates eleitorais pela permissividade na instrução pública, caracterizando-os como:

A baixa politica, aquella que só visa arranjar espoletas eleitoraes á custa dos cofres publicos e da educação popular, não se limita a espalhar pelas escólas elementares da provincia verdadeiros analphabetos como professores, vae além, autorisa o abandono da escóla que fica convertida em tasca e paga integralmente os vencimentos do professor que regateia rio acima, qualquer que seja o attestante de sua frequencia! (*A Constituição*, 07 nov. 1882).

⁹ Faro possuía, em 1885, cerca de 250 habitantes (Baena, 1885, p. 67). Suas duas escolas públicas (masculina e feminina) atendiam, respectivamente, a 65 alunos e 23 alunas em 1888, segundo os mapas escolares.

¹⁰ *Chibé*, palavra de origem tupi, é empregada no Amazonas, Pará e Maranhão para designar um refresco ou pirão feito com farinha de mandioca, água e açúcar (Ferreira, 1986).

O autor conclui a acusação citando o professor de Porto de Móz, que abandonara no verão anterior a cadeira que regia, quando subiu o rio Xingu para aproveitar a safra da borracha e fazer o seu negócio, "como é publico e notorio". O tesouro provincial pagou ao seu procurador Moreira Bastos & Cia os vencimentos integrais dos meses de julho de 1881 a fevereiro de 1882, sendo os atestados assinados pelas autoridades competentes, isto é, "ora pelo delegado literário, ora por um segundo suplente de juiz de paz, ora pelo suplente do delegado litterario". O caso desvenda, de um lado, a trama do clientelismo e como ela afetava diretamente as escolas e, de outro, o papel da imprensa opositora nas denúncias dos excessos clientelísticos. Outra notícia do mesmo jornal informa que o diretor da Instrução Pública lançará "suas vistas" para o professor elementar de Emburanunga, vila de Vizeu, que, segundo informações recebidas, empregava-se no comércio de mascate, afastando-se por tempo indeterminado da localidade onde estava estabelecida a escola. Se as vistas do diretor se mostrassem curtas, o jornal estava vigilante, disposto a aumentar o campo de visão sobre as "sincuras" de seus adversários, que tão prontamente divulgava (A Constituição, 13 jul. 1883).

As denúncias a respeito das infrações disciplinares dos professores podiam resultar na demissão "a bem do serviço público", como ocorreu com o professor elementar de Icatú, no Pará, por ter abandonado a escola (A Constituição, 7 mar. 1886). Além disso, presidentes e diretores de instrução recorriam às remoções de professores para outras localidades. O presidente do Amazonas Jacy Monteiro, em 1877, trocou os lugares de dois professores por se entregarem a negócios diversos, além de demitir outros a bem do serviço público. Um dos removidos era dono de uma olaria em Borba e o outro, vereador da Câmara de Silves (Monteiro, 1878, p. 50). O professor, que faltou aulas para exercer a função de advogado, igualmente sofreu punição da Diretoria de Instrução Pública do Pará (Souza, 1885, p. 101). Como no Pará, a instrução pública no Amazonas se debatia com professores envolvidos em atividades extrativas no interior; é o que declaram os presidentes nos relatórios de província, e um deles justificou o fechamento de 12 escolas em 1877, todas com menos de 20 alunos, cujos professores pouco se demoravam nas localidades, aguardando os carregamentos de produtos naturais, comerciantes que eram. Agésilao Pereira da Silva (1878, p. 7-8) explica a resolução usando um argumento que devia parecer convincente aos leitores, pois não queria parecer "inimigo das luzes": as escolas situavam-se em lugares remotos, "quase despovoados ou habitados unicamente por índios semi-selvagens".¹¹ A justificava esclarece o significado do termo "despovoados" na concepção da autoridade – índios tidos por selvagens não contavam como população, muito menos como população escolar.

As habilitações dos professores: ignorância e arranjos

As denúncias demonstram como as famílias reagem às atitudes e condições dos professores que percebiam como conflitantes em relação

¹¹ Resolução nº 366, de 07/06/1877.

às representações que vinham sendo construídas a respeito da profissão docente. As cartas informam sobre boicotes às escolas e pedidos de intervenção na instituição pública, sob o domínio do Estado, mas não inacessível aos conflitos locais.

Uns pais de família de Mosqueiro, comarca da capital, lamentaram a miséria a que estava entregue a escola elementar do rio Traquateua, cujo professor empossado pelo presidente do Pará "mais servia para abrir escola nos campos de Marajó, para ensinar!...", aludindo à "população" que ali vivia, formada por manadas de gado. A notícia indignada d'*A Província do Pará* visava a atacar o estado deplorável da instrução na situação conservadora, mas descreve um quadro não inviável da escola citada. Pedese que o presidente mande examinar o professor, sendo a escola freqüentada apenas por três sobrinhos do mestre, incluindo uma menina, conforme expõe o artigo. Para fazer número, homens adultos e meninos e meninas que mal balbuciavam as palavras estariam sendo matriculados. Tornando o quadro ainda mais miserável, o público é informado de que o professor, além de ignorante, tem péssimos costumes, e a casa onde funciona a escola "não está nas condições da lei" (*A Província do Pará*, 8 nov. 1885). É digno de nota o apelo à lei por parte dos pais, atentos à crescente normalização da profissão docente e à constituição de uma forma escolar pelos governos. A separação entre a função pública e o espaço doméstico é reivindicada por essas famílias, apoiadas no texto das leis, tanto no que se refere às funções do professor quanto ao espaço escolar.

Pelos mesmos motivos, pais de família de uma vila paraense não matricularam suas filhas na escola do sexo feminino, denominada pelos "solicitados" de "escandalosa *sinicura*" arranjada pela *politicagem*. A professora, inábil, mal sabia rabiscar o próprio nome, e pior, vivendo em santo ócio, recebia mensalmente o ordenado pago pelo tesouro. Na carta, dirigida ao presidente da província para "ler e providenciar", pede-se um visitador incógnito para que o poder público "lance suas vistas para este e outros muitos *arranjos*" (*A Constituição*, 15 fev. 1884). A fiscalização das escolas do interior era falha e intermitente, ocorrendo a partir da contratação de visitadores comissionados. Os pais cobram do poder público a visitação escolar prevista em lei, mas que atente às peculiaridades da localidade. O visitador deve ser pessoa desvinculada da política local, garantindo uma avaliação isenta do trabalho do professor e das condições de sua escola.

Nem sempre as queixas dos pais eram motivadas pela escolha política de inábeis professores. Os pais da povoação de Condeixa recusaram o espírito partidário como motor do abaixo-assinado enviado à Presidência do Pará, dizendo-se apenas movidos pelo interesse na instrução pública e na educação de seus filhos. Simplesmente não compreendiam como o professor público conseguiu se manter por dez anos no magistério sem habilitar um aluno, quando nem mesmo eleitor era. Os pais se revoltaram com a perda do "tempo precioso de educação" de seus filhos, pois "estudam 4, 5 annos e sahem da escola sem nada saberem".¹²

¹² No 1º trimestre de 1887, a escola pública de Condeixa registrou 31 alunos, indicativo de que o atendimento à solicitação dos pais fizera voltar os alunos ou, na pior das hipóteses, os *fósforos* continuavam a fazer número nos mapas da escola ("Mappa comparativo da frequencia diaria das escolas publicas da Provincia do Pará" In: Pernambuco, 1889, Anexo 2).

Estudam 4, 5 annos e sahem da escola sem nada saberem, malmente soletram e rascunham uma carta, em contabilidade pouco ou nada sabem porque o professor mal sabe as 4 operações elementares da aritmetica, ignorando totalmente o sistema metrico e grammatica; muitos meninos não frequentam a escola por verem seus paes que em vez de illustrarem as suas intelligencias é embrutecel-as, em vez da instrução ir em progresso cada vez mais é aniquilada, a frequencia diaria não passa de seis a oito alumnos, no entanto que dos mappas mensaes deve contar a frequencia de muitos phosphoros. [...]

Os alumnos não sabem dar ás palavras e ás phrases o tom e o accentto que lhes convém; vg, casas térreas dizem terreias, porque assim lhes ensina o mestre! Como vê v.exc. este mestre ainda precisa de mestre (A Constituição, 26 ago. 1882).

Ex-praça da polícia, o professor teria sido nomeado por um ex-diretor da instrução com base em informações falsas de terceiros, sugerindo a fragilidade nas escolhas dos professores do interior, cujas escolas elementares podiam ser providas por professores não concursados. Um aspecto interessante da carta é o emprego do termo *phosphoros* na esfera da instrução pública, associando certas práticas do contexto escolar às fraudes típicas das eleições. Fósforo era o falso eleitor incluído nas listas eleitorais e a sua presença nos mapas escolares denota a íntima relação entre política partidária e instrução pública no Pará. Os pais de família da povoação boicotaram a escola do povoado, onde se aprendia a falar errado por um mestre baldo de toda a instrução necessária ao "progresso" dos filhos de famílias que buscavam a distinção social em relação ao meio e à cultura locais, a partir da educação escolar.

Alguns pais recusaram não só a falta do cultivo da inteligência, mas especialmente do cultivo do espírito. Em uma província de forte tradição católica e sob o longo bispado de D. Macedo Costa, a adoção do ensino laico pelo professor podia ser interpretada como ignorância ou afronta aos preceitos religiosos.¹³ Este foi o caso do abaixo-assinado de vinte pais de Barcarena, dirigido ao presidente do Pará, em 1883, e publicado n'*A Constituição*. Os pais, "não podendo por mais tempo tolerar os abusos praticados pelo professor publico d'esta freguesia (...), quer dentro, quer fora da escola", apresentaram fatos indicativos de sua "crassa ignorância", pois privava os alunos de Cristo, sem um troféu ou um hino cantado ao Espírito Santo. Não só o espírito não era cultivado, pois a inteligência nenhum resultado alcançava, e o corpo era maltratado com proibições como o veto ao alívio das necessidades fisiológicas, levando os meninos a aparecerem "indecentes em casa de seus pais" (A Constituição, 25 fev. 1883). Condicionando o bom mestre ao bom aluno, o professor é descrito da pior forma possível:

E assim, não podendo a má arvore dar bons fructos, não poderá tambem o máu professor dar bons alumnos, porque o seu genio altivo, richoso, preguiçoso e colerico... só respira máu trato, e nenhum aproveitamento aos alumnos; e por tanto é incapaz de beneficiar a uma mocidade esperançosa.

O texto segue neste tom melindrado, uma vez que as desavenças do professor extrapolaram as paredes da escola; fora dela, o seu comportamento

¹³ Sobre a atuação do bispo do Grão-Pará na esfera da educação popular, ver Martins (2005) e Rizzini (2004).

era de desrespeito à "massa da população", ofensivo à moral evangélica. E, por último, é lembrado que, em quase oito anos de magistério, não se achava menino que saísse pronto daquela escola. Como outros mestres, ele se ausentava da escola, e deixava em seu lugar um substituto completamente analfabeto.

Castigos físicos: *abuso e crime*

As queixas contra professores e professoras compõem um interessante painel do cotidiano escolar da época e revelam como os pais reagiam a práticas escolares que com o tempo foram deixando de ser percebidas como legítimas, tais quais os castigos físicos. Alguns governantes começavam a identificar as punições dos mestres ao "antigo regime", cuja disciplina rigorosa só servia para amedrontar os alunos.¹⁴ Desde a década de 1860, no Pará, e de 1870, no Amazonas, os castigos corporais, tais como as palmatoadas ou a penitência de joelhos, não constavam mais dos regulamentos da instrução pública. Em seu lugar surgiu um minucioso sistema disciplinador, por meios correccionais e de recompensas. A proibição dos castigos corporais não implicou a abolição imediata das práticas tradicionais de disciplinamento dos alunos, mantidas inclusive na *escola prática*, instituição modelar anexa à escola normal de Belém. O jornalista d'*A Província do Pará*, de codinome *Fausto*, passou pelos bancos da escola onde os novos mestres ensaiavam o ofício de professor primário. *Fausto* relembra os bolos bem dados nos componentes de uma certa *troupe menor* e condena com veemência a extinção da escola, ocorrida em meados de 1886 (*A Província do Pará*, 6 set. 1888).

Algumas cartas de pais e notícias de jornais condenaram os castigos corporais nas escolas, chegando a ser entendidos como crimes passíveis de punição, quando dirigidos a um *filho-família*. O próprio *Fausto*, que mais tarde, tomado de nostalgia, se mostrará benevolente com os bolos do professor Benício, aproveitou a abolição da escravidão para comparar a escola com os suplícios do cativo, "onde a palmatoria era a vergonha; o banco, o cepo onde nos amarravam; e o decurião, o feitor terrível", relatando cenas da disciplina imposta pelo professor e sentida como um tratamento ultrajante, comparável às punições sofridas pelos escravos (*A Província do Pará*, 16 maio 1888).

O jornal *A Província do Pará*, em junho de 1884, deu destaque a um "acto de selvageria" cometido pelo professor de uma escola do sexo masculino da capital. O professor e o seu adjunto espancaram barbaramente com uma régua o menino Pedro, empurrando-o até a rua. Definido o ato como "abuso", o jornal pede ao diretor da Instrução severa punição para o "crime". O castigo de Pedro ficaria certamente no anonimato de mais uma ocorrência da vida diária de uma escola, se ele não fosse filho de um certo "sr. Guimarães", que, ultrajado em sua autoridade paterna, denunciou o incidente à Diretoria de Instrução e o fez chegar à imprensa como notícia

¹⁴ Este foi o caso do presidente do Pará, Pedro Vicente de Azevedo (1874, p. 17).

e não através da seção de "solicitados", como normalmente chegavam ao jornal as queixas contra as escolas (A Província do Pará, 22 jun. 1884). A *Constituição* deu vazão, no ano de 1883, a uma extensa e indignada carta de um morador de Faro contra o professor público, que, entre outras atitudes condenadas pelo missivista, admitia e expulsava os alunos ao seu bem querer, como acontecera com Philippe, filho de Manoel Vicente. A expulsão de Philippe já chegara ao conhecimento da Diretoria de Instrução Pública, sendo o seu representante máximo convocado, através de carta, para confirmar o fato (A Constituição, 28 abr. 1884).

Não se trata de afirmar que somente as famílias com um certo capital social discordassem dos castigos recebidos por seus filhos nas escolas, mas que as penas eram diversamente interpretadas. A autoridade do professor ou professora sobre os alunos presumivelmente era sentida de forma mais legítima ou inquestionável pelas famílias mais pobres do que pelos chefes de família, cujas posições na sociedade local pressupunham uma atitude submissa dos demais. O menino Joannico, personagem citada por Aristides Lobato em seu *romance de costumes paraenses*, ilustra a relação tensa do chefe local com o professor público de uma pequena vila às margens do rio Amazonas. Joannico, descrito pelo romancista como um aluno vadio e insolente, acaba sendo castigado pelo professor com umas boas palmatoadas. A reação do menino foi fugir e se queixar ao pai, tornando-se este inimigo do professor. Joannico não aceita o castigo que recebe do professor, pois, sendo filho do chefe da vila, entende, apoiado pelos pais, que não lhe cabem a palmatória e os outros castigos que auxiliavam os professores em suas tarefas pedagógicas. Abertamente, o autor do romance mostra-se favorável ao professor, cuja autoridade foi colocada a toda prova pelo "filho do potentado". Claro está que o problema aqui consiste em uma guerra de autoridade, e não no castigo, pois em casa o cipó de vassoura de açá funcionava como corretivo ou, por exemplo, para "persuadir" Joannico a ir à escola (Lobato, 1883).

Uma resolução do Conselho Diretor da Instrução Pública do Pará, em 1881, desvela como as queixas contra castigos eram apuradas pelo poder público. A representação contra o professor de Mojú partiu do delegado literário, em decorrência da qual os membros do Conselho requisitaram ao chefe de polícia o corpo de delito "a fim de verificar o Conselho, se com efeito, o professor infligiu aos seus alunos castigos barbaros e poder depois deliberar a respeito" (Dantas Filho, 1882, p. 72). O termo castigo recebeu, na resolução do Conselho, o atributo de bárbaro, indicando que o professor ultrapassara o limite do socialmente aceitável no disciplinamento de seus alunos. É razoável imaginar que pais e filhos se ressentissem do tratamento disciplinar impróprio a indivíduos livres.

Castigos físicos aplicados por professoras nas suas alunas não são narrados na documentação, com a exceção de uma carta publicada por uma professora em 1882, na seção de anúncios d'A *Constituição*. A professora de Irituia, no Pará, foi acusada pelo delegado literário de espancar uma menina, segundo informação de seu protetor. Outras reclamações dos pais

foram submetidas à Diretoria de Instrução pelo inspetor, como o fato de a professora passar dias sem ir à escola. Na visita feita à escola, ele diz não ter encontrado registro nenhum no livro de frequência diária, acusações que levaram-na a assumir o lugar de perseguida, alegando estar o livro disponível ao exame do diretor e desconhecer o porquê da ausência das meninas protegidas por um denunciante (A Constituição, 26 ago. 1882). Não há como saber os meandros do conflito entre a professora e o delegado literário, pois ela não explica os motivos da perseguição que estaria sofrendo. Porém, é interessante sublinhar o fato de a acusada recorrer ao jornal com matéria paga, respondendo ao ofício do diretor da Instrução, uma das armas empunhadas pelos professores na luta para manter a reputação e o emprego.

Acusações como estas são raras; os ataques às professoras se limitam à falta de preparo para a função e às fraudes nos informes a respeito da frequência escolar, falhas não circunscritas ao seu sexo. Citaremos apenas um caso, ilustrando como a falta de habilitação dos professores repercutia sobre as famílias. O fato se deu em Itacoatiara, no Amazonas, de onde um *vigilante* enviou uma carta ao *Commercio do Amazonas*, usando como testemunho da incompetência da professora o exame feito pessoalmente pelo presidente da província em duas alunas indicadas. Indagadas a respeito de alguns rudimentos de gramática, tabuada de multiplicação e doutrina cristã, as filhas de Felisardo Moraes a nada responderam, a que o presidente Passos Miranda amenizou dizendo, "estão tomadas de susto". Assustadas ou não, o vigilante não perdoou o atraso da escola, que, a seu ver, Passos Miranda buscou disfarçar. Segundo o missivista, a interinidade que se prolongava por seis anos era toda a causa da apatia, do desprovelto e da desmoralização reinantes na escola (Commercio do Amazonas, 25 jul. 1875).¹⁵

Comentários finais

As representações das elites letradas a respeito da ignorância do povo, que fugia das escolas tal qual a população indígena ribeirinha que se embrenhou na mata quando chegaram os primeiros vapores, deflagram considerações a respeito da aceitação deste símbolo da civilização, comparado pelo jornal ao vapor que adentrava os "desertos" amazônicos, diminuindo as distâncias entre os centros urbanos e os lugares mais longínquos (A Província do Pará, 21 ago. 1876). Combater a indolência dos professores e fazer a propaganda da educação escolar em contraposição à doméstica foram estratégias empregadas para debelar um obstáculo sério à difusão do ensino em meados dos anos 1870: a baixa frequência escolar levando ao fechamento de escolas pouco concorridas, problema vivido por várias províncias brasileiras.

É importante ressaltar que este trabalho não visa reforçar a concepção de que a escola primária do Império foi um fracasso. A escola é processo, movimento interminável de experiências, tentativas, reformas, erros e acertos, como

¹⁵ Os(as) professores(as) interino(as) regiam as escolas elementares, sendo contratados(as) por indicação, sem necessidade de concurso.

toda instituição, sobretudo as de caráter socializador, pressionadas pela difícil tarefa de forjar cidadãos conformados com o que a família, a sociedade e a Pátria esperam deles, todavia trabalhando com instrumentos de importante potencial libertador, como a leitura e a escrita. Vale destacar que nem todas as cartas eram de denúncia, pois alguns pais de família ou parentes tiveram o cuidado de recorrer à imprensa para agradecer aos mestres, que compartilharam o "pão da sabedoria" com seus alunos, com inteligência, dedicação e amor ao trabalho. Os agradecimentos vinham após a realização dos exames ao final do ano; são familiares satisfeitos com os resultados alcançados por seus filhos e protegidos. O jornal *A Constituição* aproveitou o clima de contentamento que cercou os agraciados com bons resultados nos exames e seus familiares, para homenagear os professores de Salinas, crendo que, "no professorado da Província do Pará, encontra-se professores que sabem se compadecer de sua alta obrigação, e se compenetrar da honrosa missão que se lhe ha confiado" (*A Constituição*, 12 dez. 1884).

O professor Lima procurou o mesmo jornal, informando nos "solicitados" os sucessos na sua missão. A carta é iniciada com um comentário a respeito de um artigo em que fora censurada a professora que, matriculando 30, apresentava a frequência de 100. O professor informa que ela já havia sido censurada pelo presidente da Câmara Municipal, e parte para a sua defesa pessoal, possivelmente por ter sido também mencionado no artigo. Deixando claro que não cobrará elogios, mas que também não aceitará censuras, ele expõe os números (o quantitativo) do seu trabalho e as posições (o qualitativo) que seus alunos passaram a ocupar na sociedade.

[...] que elogios podem elevar o professor que, em 27 annos, tem lecionado a 2.500 alumnos em todas as classes e tendo sido approvados plenamente na quarta [classe] 140, tendo medicos, bachareis, officiaes superiores e inferiores, etc., que em todas as occasiões, tempos e lugares lhe dispensam suas attentões e toda prova de consideração e estima? (*A Constituição*, 14 abr. 1884).¹⁶

O olhar vigilante de moradores sobre a vida privada e sobre o exercício da função pública dos mestres demonstra que a população exerceu papel importante na construção do lugar social do professor. Famílias resistiram aos atos que condenavam, boicotando as escolas ou exigindo providências para a intervenção estatal na instituição pública, que sempre se mostrou permeável aos conflitos locais. Portanto, a publicação das cartas e dos artigos é decorrente tanto do envolvimento da instrução pública na política local quanto da participação de uma complexa rede de atores na construção da experiência escolar da província. Gondra e Lemos (2004, p. 80), ao analisarem um conjunto de *abaixo-assinados* produzidos entre 1869 e 1888, no âmbito da instrução primária da Corte, lembram ainda que a participação de professores, moradores e outros agentes no processo educacional aponta para um duplo movimento:

[...] enquanto as normas agem sobre eles, procurando conformar e controlar práticas bem determinadas, eles também, por sua vez, reagem,

¹⁶ Tudo indica que o professor Lima estava lotado em Belém.

discutindo as regras que lhes são impostas, propondo alterações e revogações, reinventando a própria norma, conforme o caso.

A produção de leis sobre a instrução pública no Pará não ocorreu de forma dissociada das experiências escolares, o que pode ser percebido pela profusão de normas na província, tentando, entre outros aspectos, conformar a profissão docente em face dos obstáculos que a documentação confere às condições políticas, sociais, geográficas e culturais da região, de acordo com as representações de seus autores. Os atores que "fizeram" a história da educação na região foram, primeiramente, como não poderia deixar de ser, homens saídos das elites locais e de outras províncias do País. Desta forma, governantes, diretores, deputados, redatores e jornalistas moveram os programas educacionais da região, acompanhados por personagens com poder de influência reduzido, mas que de forma alguma exerceram papéis secundários neste processo. Professores, inspetores e visitantes escolares, pais e moradores observaram de perto as cenas escolares, levando suas ocorrências ao governo e ao público das capitais.

O espaço que os jornais reservavam para estas manifestações e para os artigos sobre instrução pública, quase que diários, indicam que a educação da população era tema privilegiado na pauta dos debates sobre a construção do Estado brasileiro. Seus autores almejavam integrar, efetivamente, o antigo Estado do Grão-Pará e Rio Negro na nação imaginada como nacional.

Referências bibliográficas e fontes

A CONSTITUIÇÃO. Orgão do Partido Conservador. Belém: Typ. da Constituição, 1882-1884, 1886.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém: Typ. do Futuro, 1876-1877, 1885, 1888.

AZEVEDO, P. V. de. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 19ª legislatura pelo presidente da provincia do Pará, o excellentissimo senhor doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará: Typ. do Diario do Gram-Pará, 1874.

BAENA, M. Informações sobres as comarcas da Província do Pará, organisadas em virtude do Aviso Circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883 por Manuel Baena, director da 2a secção da Secretaria da Presidencia da mesma Província. In: SOUVA, J. S. *Falla com que o Exm. Senr. Conselheiro João Silveira de Sousa abrio a 1ª sessão da 25ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de outubro de 1884*. Pará: Typ. de Francisco e Costa Junior, 1885.

BRITTO, P. A imprensa no Pará. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *Quarto centenário do descobrimento do Brazil*. O Pará em 1900. Publicação comemorativa feita pelo Governo do Estado. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900.

COMMERCIO DO AMAZONAS. Orgão do Commercio. Manaus: [s.n.], 25/7/1875.

DANTAS FILHO, M. P. *Relatorio com que o exm. sr. presidente, dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da provincia ao exm. sr. 1º vice-presidente, dr. José da Gama Malcher*. Pará: Typ. do Liberal do Pará, 1882.

FARIA FILHO, L. M. O jornal como fonte para a história da educação: um estudo sobre jornais mineiros do século XIX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998. Atas, v. 2.

FERREIRA, A. B. H.. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, A. M. *Uma história impressa*. Belém: [s.n.], [199?].

GONDRA, J. G.; LEMOS, D. C. A. A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. *Revista Rio de Janeiro*, n. 13/14, p. 69-83, maio/dez. 2004.

LOBATO, A. O poder da mascara ou o casal d'aldeia: romance de costumes paraenses. *Revista Familiar*: periodico dedicado ás famílias, Belém, n. 14, 13 maio 1883.

MARTINS, K. *Cristóforo e romanização do inferno verde*: as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MONTEIRO, D. J. *Relatorio apresentado ao exm.o sr. dr. Agesilão Pereira da Silva, presidente da provincia do Amazonas, pelo dr. Domingos Jacy Monteiro, depois de ter entregue a admimistração [sic] da provincia em 26 de maio de 1877*. Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1878.

NÓVOA, A. (Org.). O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. *Profissão: professor*. Porto: Porto Editora, 1992.

PERNAMBUCO, M. J. A. *Falla com que o exmo. sr. dr. Miguel José d'Almeida Pernambuco, presidente da provincia abriu a 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889*. Pará: Typ. de A. F. da Costa, 1889.

RIZZINI, I. A politicagem na instrução pública da Amazônia Imperial: combates à política d'aldeia. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 10, p. 12-43, jul./dez. 2005.

_____. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SCHUELER, A. F. M. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte Imperial (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Social das Idéias) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

SILVA, A. P. *Exposição apresentada ao Exm. Senr. 1º Vice-Presidente da Província do Amazonas, Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, pelo dr. Agesilao Pereira da Silva*. Manáos: Typ. do Jornal do Amazonas, 1878.

SOUZA, J. S. *Falla com que o exm. sr. conselheiro dr. João Silveira de Souza, presidente da provincia do Pará, abriu a 2ª sessão da 24ª legislatura da Assembléa Provincial em 18 de abril de 1885*. Pará: Typ. da Gazeta de Noticias, 1885.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, n. 33, p. 7-47, 2001.

Irma Rizzini, doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professora adjunta da Faculdade de Educação dessa Universidade.

irma.rizzini@csp.org.br

Recebido em 21 de maio de 2007.

Aprovado em 25 de julho de 2007.